



GRUPO FOCAL COM JOVENS LGBTQIA+ COMO ESPAÇO POTENCIAL PARA A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS POLÍTICOS

FOCUS GROUP WITH YOUNG LGBTQIA+ AS POTENTIAL SPACE THE EMERGENCE OF POLITICAL SUBJECTS

Welligton Magno-Silva¹

Celso Francisco Tondin²

Isabela Saraiva de Queiroz³

Larissa Medeiros Marinho dos Santos⁴

Resumo: O artigo⁵ discute a participação política juvenil na construção de práticas e espaços de contra-hegemonia, evidenciando o papel de pesquisas qualitativas na potencialização da emergência de sujeitos políticos. Reflete-se sobre o papel desempenhado pela juventude LGBTQIA+ na produção de conhecimento científico com vistas a desestabilizar os sistemas produtores de subalternidades históricas. Assim, observou-se que o grupo focal realizado em um estudo com estudantes universitários *gays*, para além de uma ferramenta metodológica de produção de dados, possibilitou a criação de redes de sociabilidade favorecedoras de processos de mobilização social, a partir do compartilhamento de experiências entre seus membros. Também, evidenciou-se que, a partir da problematização de diferentes sistemas discriminatórios e da sensibilização acerca de processos históricos de opressão, o grupo focal pode potencializar a reflexão coletiva e a criação de estratégias contra-hegemônicas de resistência e de enfrentamento às dinâmicas de preconceito contra a não heterossexualidade em contextos universitários.

Palavras-chave: Juventude; LGBTQIA+; Grupo focal; Pesquisa qualitativa; Preconceito.

Abstract: The article discusses youth political participation in the construction of counter-hegemonic practices and spaces, evidencing the role of qualitative research in potentializing the emergence of political subjects. It is reflected about the role played by LGBTQIA+ youth in the production of scientific knowledge, aiming to destabilize the systems that produce historical subordinates. Thus, it was observed that the focus group carried out in a study with gay university students, besides being a methodological tool for data production, made possible the creation of sociability networks that favor processes of social mobilization, based on the sharing of experiences among its members. Also, it was evidenced that, from the problematization of different discriminatory systems and the awareness about historical processes of oppression, the focus group can potentiate the collective reflection and the creation of counter-hegemonic

¹ Mestre em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutorando em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. welligthon@hotmail.com.br

² Doutor em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. celstondin@ufsj.edu.br

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. isabelasq@ufsj@edu.br

⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. larissa.santos@unb.br

⁵ **Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).



and strategies of resistance and confrontations to the dynamics of prejudice against non-heterosexuality in university contexts.

Keywords: Young; LGBTQIA+; Focus group; Qualitative research; Prejudice.

1 Introdução

Recentemente, a partir das diferentes formas de participação na dinâmica social, mudanças significativas têm ocorrido nas relações entre jovens e política. Esse movimento histórico viabiliza a reflexão acerca do conceito de política para além da ideia de participação política tradicional (Prado; Perucchi, 2011; Vieira; Mayorga, 2019; Mesquita *et al.* 2018). O sistema de representação política, estruturado como relação hierárquica entre representantes e representados, em que os segundos outorgam poder de decisão aos primeiros na busca por acordos e consensos, é posto em questão. Emergem outras formas de ação política, (mais) horizontalizadas, a partir das quais pessoas, coletivos, organizações e movimentos sociais (re)criam dispositivos políticos, tecidos em rede, que sustentam, como indica Rancière (1996a, 1996b), dissensos, conflitos, diferenças e divergências, e criam alternativas inovadoras visando a desestabilização e transformações das estruturas produtoras de desigualdades.

Os debates científicos sobre a relação juventude e política no Brasil e em outros países operam em termos dicotômicos: ora demonstram um desencantamento dos jovens frente às atividades convencionais da política que desencadeia um certo esvaziamento e arrefecimento da representatividade juvenil nesses espaços; ora tratam da (re)invenção de múltiplos espaços de participação política demarcados pela originalidade nas diferentes formas de engajamento nas questões sociais dado o caráter progressista das gerações contemporâneas (Vieira; Mayorga, 2019).

Tal dicotomia leva a armadilhas teóricas e políticas que inviabilizam uma interpretação que contemple a complexidade dos processos inerentes à relação entre juventude e política. Afinal, pode-se invisibilizar as contradições inerentes a essa relação; os aspectos presentes nos processos que constituem a legitimidade (ou não) das reivindicações dos jovens e as estratégias sociais utilizadas para que sejam reconhecidas; as ações impulsionadas por eles; e as ferramentas que diferentes sujeitos utilizam no campo social para produzir um reducionismo e unificação dos posicionamentos de jovens, como forma de minimização de conflitos, incorporando, superficial e retoricamente, suas necessidades e vivências (Vieira; Mayorga, 2019).



Para Prado e Machado (2008), há um grande investimento psíquico para que as pessoas com identidade de gênero e orientação sexual diversas rompam com o “armário” e os sistemas de invisibilidade legitimados nos espaços públicos para interpelar o ordenamento social acerca das construções históricas da sexualidade, que através dos sistemas de manutenção das hierarquias sociais (re)produzem adoecimentos psíquicos e inferiorização. Nesse sentido, a ampliação de redes de sociabilidade desempenha papel importante na potencialização de sujeitos políticos, uma vez que a “saída do armário” só é possível com a criação de sentimentos de pertença entre pessoas e/ou grupos que serão capazes de ressignificar positivamente as características legítimas das múltiplas possibilidades de experimentação da sexualidade, que foram negadas e negativadas ao longo da história.

Se a experiência tem demonstrado que segregação, baixa autoestima, fragilidade do bem-estar, insegurança, submissão, hierarquização e inferiorização social, passividade, vulnerabilidade e dependência (Prado; Machado, 2008; Lima, 2019) são alguns efeitos que os dispositivos heteronormativos produzem na constituição subjetiva de pessoas LGBTQIA+, pode-se considerar a criação de redes de sociabilidade como espaços potenciais para a emergência de sujeitos políticos. Partindo desse pressuposto, a discussão aqui realizada reflete sobre como o grupo focal, para além de um instrumento metodológico de produção de dados, foi experienciado por seus participantes como uma ferramenta política de sociabilidade dissidente, que tem potencial para a emergência de sujeitos políticos, por meio da (res)significação de experiências e do enfrentamento político dos ditames heteronormativos na arena pública.

Assim, no sentido de oferecer elementos que contribuam para a desestabilização das dicotomias política *versus* juventude e indivíduo *versus* sociedade, este artigo objetiva discutir a participação política juvenil na construção de práticas e espaços de contra-hegemonia, evidenciando o papel dos grupos focais na potencialização da emergência de jovens LGBTQIA+ como sujeitos políticos. Essa reflexão pode auxiliar pesquisadores(as) em suas investigações pautadas pelo compromisso ético-político com as juventudes das camadas vulnerabilizadas e a transformação de suas realidades, a partir da intersecção de marcadores sociais da diferença – raça, classe, sexualidade e gênero –, e seu lugar como sujeitos ativos na produção científica, a partir de experiências que marcam suas próprias singularidades.

2 Juventudes e emergência de sujeitos políticos



Prado e Perucchi (2011) problematizam as estratégias de (re)produção e manutenção das hierarquias sociais no contexto brasileiro, sobretudo aquelas que, apoiadas nas noções de identidade e sujeito político, explicitam as desigualdades (econômicas, sociais, culturais, históricas) e as diferentes formas de participação política. Nessa direção, esses autores argumentam pela inteligibilidade das experiências coletivas a partir da compreensão maximizada dos espaços públicos e dos princípios regulatórios constituintes de um comum compartilhado entre os atores sociais.

O que se entende por hierarquias sociais e qual seu papel frente à manutenção e (re)produção de desigualdades e nos processos de inferiorização e subordinação sociais? O que são sujeitos políticos? Como ocorre sua emergência? Como esses sujeitos se relacionam e se articulam com os sistemas produtores e mantenedores das hierarquias sociais no contexto brasileiro? Qual a correlação entre sujeito político e juventudes?

A hierarquização social se constitui a partir de duas lógicas distintas, porém complementares: a lógica de “classificação social”, fomentada no contexto estatal e no interior da produção científica; e a de “inferiorização social”, que engendra mecanismos atravessados por ideologias e aspectos cognitivos para sua materialização. A correlação e a complementaridade entre elas mantêm e atualizam aparatos produtores de desigualdades e exclusões sociais em variadas formas de materialidade, desde a produção de formas subalternas de existência até tentativas diárias de aniquilamento das experiências humanas, perpetrados contra sujeitos dissidentes à norma instituída e legitimada (Prado; Perucchi, 2011).

O sistema de classificação social engendra as condições necessárias para o estabelecimento de relações subordinadas a partir da hierarquização social. A subordinação determina uma funcionalidade entre os atores sociais. Baseada em discriminações historicamente produzidas, a subordinação se institui, em muitos casos, como função necessária e indispensável para o pleno funcionamento de organizações sociais. Por se apresentar como relação entre funções tidas como naturais e, portanto, legítimas, trata-se de uma relação de opressão ainda não politizada, ou seja, não reconhecida pelos sujeitos a ela submetidos como produtora de injustiça e inferiorização social (Prado; Machado, 2008).

Sustentáculo da inferiorização social, o desvelamento da lógica da opressão pode levar os sujeitos a reconhecerem na subordinação social, injustiças históricas. Assim, interpelam e questionam o ordenamento social instituído, demarcando a invisibilização,



a inferiorização, a subalternização e o silenciamento de suas experiências, bem como desestabilizam concepções cristalizadas e rígidas, por meio de reivindicações na arena pública (Prado; Machado, 2008). Esse processo requer um esvaziamento das funcionalidades e da naturalização dos mecanismos produtores de hierarquias que dão consistência à manutenção da subordinação de grupos específicos no percurso histórico (Prado; Perucchi, 2011). Nesse caso, a potencialização de diferentes formas de pertencimento, a criação de uma identidade coletiva com sujeitos e/ou grupos sociais marginalizados, a sociabilidade e as trocas de informações/experiências são relevantes (Prado; Machado, 2008).

A partir desses apontamentos, questiona-se: qual a relação estabelecida entre a inteligibilidade de tais processos com as experiências das juventudes? Elaborações de Rancière (1996a, 1996b) sobre política, polícia e emergência de sujeitos políticos auxiliam numa resposta a essa indagação. A política é o nome atribuído ao “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (Rancière, 1996b, p. 372). O autor propõe que tal conjunto de processos seja denominado de polícia.

A polícia é “[...] uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa [...]” (Rancière, 1996a, p. 42). Essa concepção amplia o sentido habitual da noção de polícia, além de atribuir-lhe um sentido neutro, não pejorativo, “[...] ao considerar as funções de vigilância e repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade” (Rancière, 1996b, p. 372). Desse modo, a polícia está relacionada ao governo, que ao produzir a organização de corpos e suas respectivas funções “[...] age sobre o sensível limitando nossa capacidade de aprender a ler o que se manifesta à nossa volta, controlando os deslocamentos dos corpos e as possibilidades de recriação das formas de vida” (Marques; Prado, 2022, p. 3); e a política, agora no âmbito da polícia, contribui também para a constituição de um sistema de legitimidades da distribuição na qual ela (política) está implicada (Marques; Prado, 2022).

Essa reinterpretação de Rancière (1996a; 1996b) do conceito de política a compreende por sua capacidade de desestabilização das posições e da gestão dos corpos, portanto, de perturbação da polícia. Assim, questionando paradigmas que promovem a



consensualidade entre atores sociais, esse autor coloca a política como produtora de conflitos e de litígios, uma vez que ela se encontra no centro da capacidade reflexiva da produção ativa de desentendimentos, pois política sem dissensos não é política, é polícia.

Em seu trabalho, Mouffe (2003) distingue “a política” e “o político”. “A política” se refere “[...] ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do ‘político’” (Mouffe, 2003, p. 15), ou seja, trata-se de um conjunto de práticas e instituições que fornecerão diversos elementos para que determinado ordenamento social seja criado de modo a organizar a coexistência humana num terreno de intensas disputas produzidas pelo político (Silva, 2023).

Já “o político” diz respeito à dimensão do antagonismo existente nas sociedades, podendo se manifestar de formas e relações sociais diversas (Mouffe, 2003), tendo por base os dissensos presentes nos posicionamentos religiosos, econômicos, morais etc. (Silva, 2023). A democracia política, portanto, teria como principal finalidade transformar as relações antagonicas em agônicas de modo que a pluralidade de ideias seja legitimada e posicionada num campo em que a contraposição de ideias assegure formas mais democráticas, plurais e horizontalizadas de debate (Silva, 2023). Além disso, ao interpelar os limites da objetividade e a compreensão social na arena pública, pode ser considerada como as articulações de sujeitos que almejam a subversão dos discursos hegemônicos (Marques; Prado, 2022).

Os sujeitos políticos, que antes compreendiam a dinâmica social, produtora de desigualdades e subalternidades, como relações naturalizadas, ao conscientizarem-se dela a partir da inscrição das relações no âmbito da política, ou seja, a partir da lógica da opressão (Prado; Machado, 2008), passam a compreender as relações de poder como constitutivas das relações sociais e, portanto, das injustiças historicamente produzidas. Assim, retomando: qual seria a relação entre juventudes, processos e estruturas produtoras de classificações sociais e a emergência de sujeitos políticos?

Instituições governamentais abordam as experiências juvenis relativas à participação social e política de formas diversas: juventude como uma etapa preparatória; como etapa problemática; jovem como ator estratégico para o desenvolvimento; e como sujeito de direitos, numa perspectiva cidadã (Brasil, 2014). Apenas a última tem caráter progressista, pois reconhece a legitimidade das demandas dos jovens nos espaços



institucionais, considerando suas singularidades – culturais, econômicas, sociais, políticas e civis.

Não obstante essa perspectiva progressista, ao se tomar os espaços políticos constituídos por experiências de litígios e dissensos, é possível apontar para o paradoxo em relação à experiência do nosso país: enquanto há uma valorização e crescimento da participação dos jovens na política, sendo compreendidos como sujeitos de direitos, as instituições estão longe de lidarem com a emergência de sujeitos políticos na governança institucional

Em consonância com Prado e Perucchi (2011), na tentativa de dar inteligibilidade a esse paradoxo, aposta-se nas reflexões acerca do funcionamento dos mecanismos mantenedores de hierarquias sociais e da emergência de sujeitos políticos no âmbito governamental. Insiste-se na compreensão das juventudes a partir das lógicas de classificação e inferiorização social e, portanto, como experiência subordinada. Negligenciada tal inscrição, entender-se-ia como sendo “uma experiência pela qual a diferença é vivida como imutável, não histórica e funcional na perspectiva das gerações” (Prado; Perucchi, 2011, p. 350). Ou seja, quando as juventudes e suas especificidades são naturalizadas resultam intervenções com elas que sustentam a falaciosa necessidade de hierarquização social, operante nos sistemas de classificação como condição mais efetiva à funcionalidade do ordenamento social (Prado; Perucchi, 2011).

Além disso, ao serem alvo de discursos públicos, seja do Estado ou do conhecimento científico, há uma inclinação a (re)produzir a compreensão de jovens como “sujeitos de direitos”, sem produzir tensionamentos acerca dessa visão. O que se quer dizer é que quando as ciências e as políticas públicas ocupam o lugar de tecnologias de poder, as mesmas não se movimentam para viabilizar a subversão das próprias hierarquias sociais (Prado; Perucchi, 2011), garantindo a norma que mantém esses indivíduos em posições subordinadas. Por isso, espaços políticos e/ou científicos que problematizam o ordenamento social, a partir de um campo de dissensos e litígios, favorecem experiências juvenis que interpelam relações historicamente produzidas de subalternidade, desestabilizando a imutabilidade dessas.

A seguir, terá foco a participação política juvenil LGBTQIA+ e seus modos de constituição como ferramenta de questionamento das hierarquias sociais.

3 Participação política juvenil LGBTQIA+ e a construção de práticas e espaços de contra-hegemonia



Desde a década de 1960, a população LGBTQIA+ se articula e reivindica a formulação de políticas públicas que almejam a garantia dos seus direitos, além do reconhecimento e legitimação da pluralidade de experiências em torno da sexualidade. Confrontados e submetidos, historicamente, por diferentes engrenagens sociais de manutenção e atualização da lógica heteronormativa, essa população fomenta os dissensos necessários à participação social e política, borrando a consensualidade democrática e os espaços formais de participação, fortalecendo as experiências não heterossexuais e (re)configurando espaços mais heterogêneos.

Essa população tem se politizado e se apropriado de ferramentas de desestabilização de normas sociais aniquiladoras de suas experiências. No entanto, se há uma percepção favorável à visibilidade e ao reconhecimento dessas experiências no Brasil, isso deve ser pensado criticamente, visto que o preconceito, instrumento de legitimação das hierarquias sociais, garante que as assimetrias se mantenham sem que elas apareçam como assimétricas, a partir dos diferentes sistemas de invisibilidade e dos mecanismos próprios de distorção e ocultamento da realidade (Prado; Machado, 2008).

Uma demonstração disso é que a Constituição Federal (Brasil, 1988) garante igualdade de direitos, porém convivemos com a inexistência de leis específicas para atender determinadas demandas da população LGBTQIA+. Avanços, como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o direito ao uso do nome social, a criminalização da homofobia e o fim da restrição que proibia a doação de sangue por *gays*, decorrem de decisões judiciais. A omissão do Legislativo demonstra como se lida com a vida e experiências dessa população: negligenciando-as. E, não por acaso, os assassinatos de pessoas LGBTQIA+ aumentam a cada ano, colocando o país na liderança do *ranking* mundial de países que mais matam pessoas em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero. Enfim, como aponta Bento (2017), somos vistos internacionalmente como país da “liberdade sexual”, mas, de fato, vivenciamos altos níveis de violência de toda ordem contra pessoas LGBTQIA+.

Essa realidade tem relação direta, no contexto da modernidade, com as consensualidades na gestão dos corpos e com a universalidade de direitos que se pretendem assegurados no âmbito da política. Como dito, as explicações sobre os fatos sociais por meio do Estado e da ciência disfarçam a manutenção das desigualdades sociais de populações marginalizadas, a partir da definição de quais particulares serão



legitimados como universais (Marques; Prado, 2022) e do desenvolvimento da noção de tolerância.

A tolerância, como processo mediador das tensões sociais, conduz a enfrentamentos aos preconceitos fundados na “aceitação do outro”, “tolerância ao diferente”, “respeito às diferenças”. Essa estratégia inviabiliza a inscrição dos marginalizados no âmbito político por desconsiderar a produção histórica das desigualdades. Afinal, de que forma uns se tornam iguais e outros diferentes? Por que uns toleram e outros precisam ser tolerados? Funciona, portanto, como técnica de hierarquização e naturalização das diferenças legitimadas historicamente (Prado; Machado, 2008).

Para Dussel (2016), os sujeitos atravessados pelos marcadores sociais da diferença sobreviveram aos sistemas de opressão, mesmo ocupando o lugar da exterioridade na modernidade. Embora submetidos a violações de direitos e fazendo uso de estratégias próprias de resistência, não foram e não estão aniquilados. Ao contrário, estão vivos e ativos em processos de mobilização social, arriscando a criação de novos caminhos de reconhecimento e de legitimidade das múltiplas possibilidades da experiência humana.

A extinção das dinâmicas e mecanismos de poder parece um projeto utópico. Entretanto, o deslocamento das exterioridades para o campo público/político, movido por elementos da própria utopia, faz acreditar na criação de espaços nos quais os dissensos podem operar como produtores de subversão e resistência aos processos que servem como engrenagens de manutenção da norma, a partir dos lugares de inferioridade e subalternidade produzidos por diferentes tecnologias sociais de poder.

A partir da interpelação da dicotomia público/privado, ações que buscam a garantia de direitos têm extrapolado os espaços formais de participação política, possibilitando a redefinição da própria noção de participação política, pois promovem arenas mais plurais e diversas – tanto de atores sociais, quanto de interesses defendidos no jogo político. Nesse sentido, movimentos sociais, grupos, coletivos, organizações não governamentais, inclusive com participação juvenil, têm atuado como “motores das inovações democráticas” (Vieira; Mayorga, 2019). São espaços e redes de sociabilidade que geram sentimentos de pertença, permitem o compartilhamento de vivências e consolidam processos articulatórios, ensejando a emergência de identidades políticas que reivindicam a legitimidade de suas experiências.

No entanto, esses processos articulatórios, marcados por dissensões e litígios (Rancière, 1996a; 1996b), enfrentam obstáculos inerentes ao campo de disputa. Eles se



deparam com grupos e movimentos que detêm hegemonia social e trabalham pela manutenção de padrões de dominação masculina, sexista, homofóbica, machista, racista e patriarcal. Esses grupos, ao ocuparem posições de poder e operarem tecnologias de dominação, contribuem para a marginalização e o esvaziamento das demandas dos grupos subalternizados na sociedade. Portanto, é fundamental a criação de espaços dedicados à desconstrução da lógica heteronormativa e de outros dispositivos opressores como estratégia no combate ao preconceito.

O percurso até aqui apresentou estratégias políticas de enfrentamento das dinâmicas de preconceito contra pessoas LGBTQIA+, evidenciando o protagonismo juvenil como motriz de diferentes processos articulatórios de contra-hegemonia. Visando ampliar tais contribuições, será apresentado o grupo focal como recurso metodológico que, no âmbito das pesquisas participativas comprometidas com a transformação da realidade de camadas vulnerabilizadas, potencializa a juventude em seu papel ativo na produção do conhecimento científico, a partir de experiências que atravessam sua singularidade.

4 Juventudes e produção de conhecimento: um espaço possível para multiplicidade de experiências

Políticas públicas de democratização da educação superior promoveram maior acesso de sujeitos historicamente vulnerabilizados à universidade. Com o protagonismo inerente a muitas lutas e processos articulatórios, esses sujeitos borraram a estruturação hegemônica do conhecimento acadêmico que historicamente legitimou o conhecimento de uns e a exclusão de outros.

Grosfoguel (2016) demonstra que o sexismo e o racismo epistêmicos expressam uma das mais importantes problemáticas de poder na contemporaneidade, por executarem refinadas tecnologias de gestão dos corpos e espaços. Esses lugares, ocupados por homens ocidentalizados, viabilizam injustiças históricas a partir da produção de inferiorização e do não (re)conhecimento dos saberes produzidos por outros corpos políticos e geopolíticos. Ao adotarem, na produção científica, mecanismos de manutenção da hegemonia branca e heterossexual, valorizam projetos de sociedade que reforçam diferentes formas de exclusão.

Esse genocídio epistêmico se estende e recai sobre mulheres, homossexuais, travestis, transexuais e quem mais “ousar” subverter o modelo hegemônico da matriz



heterossexual, colocando-os em lugares de subalternidade e exterioridade, num sistema sexista de dominação masculina produtor de diferentes formas de violência de gênero. Essa inscrição implica na não legitimação e no não (re)conhecimento de saberes produzidos por essas pessoas que, ao confrontarem e borrarem a linearidade da lógica heteronormativa, são interpeladas a oferecerem explicações sobre a validade e confiabilidade do conhecimento que produzem.

Se a modernidade conformou diversas formas de opressão por meio da naturalização das violências numa produção discursiva acerca da universalidade de direitos e/ou da tolerância à diferença, sem considerar as exclusões produzidas pela própria ação de tolerar e pela falácia da igualdade de direitos, as nossas interpretações dos fatos sociais se inscrevem proximamente ao que Dussel (2016) denomina de transmodernidade. Essa é compreendida como a possibilidade da constituição de “um mundo” no qual “diferentes mundos” são possíveis, convocando-nos a um movimento de avanço histórico para além da modernidade à medida que evidencia a emergência de múltiplos sujeitos políticos e a ocupação de lugares sociais de disputa, inclusive na produção científica, para reivindicar os direitos e lugares que lhes são legítimos e que lhes foram/são negados.

Grosfoguel (2016) argumenta que a proposta da transmodernidade demanda reflexões filosóficas para viabilizar a produção da diversidade de sentidos, em prol da legitimação de um múltiplo de experiências, sem cair na falácia do multiculturalismo liberal ingênuo ou cínico, que pressupõe uma simetria inexistente entre os argumentadores. Isso requer a adoção de uma transversalidade do diálogo intercultural, uma pluriversalidade “[...] fruto de um autêntico diálogo intercultural, que deverá ter claramente [nitidamente] em conta as assimetrias existentes” (Dussel, 2016, p. 63).

Tal movimento promove uma desestabilização das estruturas de poder, reconhecendo em sua proposta um projeto global contra-hegemônico, partilhado entre os diferentes atores sociais. Assim, diferentemente da modernidade, a transmodernidade rejeita a universalidade de soluções nas quais uns são/estão legitimados a produzir decisões por/sobre os outros e clama por uma diversidade de soluções em que muitos decidem por muitos, problematizando o próprio lugar de poder ocupado por quem produz o conhecimento, com a finalidade de produzir reflexões mais democráticas e horizontais.

Dialogando com Rancière (1996a, 1996b), na transmodernidade os espaços de litígio, os dissensos, os conflitos de opiniões e ideias de diferentes estratos sociais são valorizados como uma potente ferramenta política de desestabilização dos dispositivos e



tecnologias de poder que têm assegurado os sistemas de classificação produtores de desigualdades. Portanto, espera-se que a juventude interpele e seja interpelada, de forma que sua percepção sobre o mundo seja configurada na sua emergência como sujeito político que, desmantelando a lógica de opressão, pode possibilitar uma apropriação histórica acerca de sua própria existência no enfrentamento aos sistemas hierárquicos legitimados na dinâmica social e na criação de espaços de contra-hegemonia. Trata-se, conforme Grosfoguel (2016), não somente de defenderem-se de seus inimigos, mas de recriarem-se a partir de pressupostos críticos que se encontram em sua própria tradição cultural.

5 Notas metodológicas e epistemológicas sobre pesquisas qualitativas

A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo seu trabalho com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo 2015, p. 21). Trata-se de um método que proporciona um campo de investigação que oferece inteligibilidades acerca da realidade por meio do aprofundamento das relações, processos e fatos sociais que não podem ser reduzidos a mensurações estatísticas.

Mountian (2014) destaca a reflexividade em pesquisas, conceito que contribui para a desconstrução de paradigmas pretensamente neutros e objetivos ao evidenciar que qualquer investigação assume determinadas bases epistemológicas que, com seus pressupostos – situacionalidade –, oferecem compreensões acerca da realidade a partir de lugares específicos de fala e de diferentes momentos históricos. Considerar a produção científica em termos de neutralidade oferece o risco de reprodução das mesmas relações e estruturas de poder que estão postas como objeto de interpelação e problematização. Outrossim, negar a neutralidade significa apostar na pluralidade de pensamentos acerca da realidade que valorizam a criação de espaços litigiosos e diversos.

Diferentemente dos pressupostos positivistas, que tomam o pesquisador como variável a ser controlada, nas pesquisas qualitativas essa posição é parte importante da produção do conhecimento (Minayo, 2014). A subjetividade, isto é, os sentimentos, as inquietações, as reflexões, as percepções do pesquisador acerca do campo e do seu objeto de estudo são transformados em dados que integram o processo analítico, auxiliando a produção de conhecimentos comprometidos com questões sociais, políticas, culturais, econômicas, históricas, subjacentes aos fenômenos investigados e à desestabilização de processos de investigação descompromissados e alienantes (Garcia, 2019). Assim, a



reflexividade é atinente a pressupostos epistemológicos que podem corroborar com análises mais aprofundadas acerca da complexidade que marca a relação estabelecida entre política e juventude (Vieira; Mayorga, 2019).

O grupo focal é uma estratégia metodológica muito utilizada em pesquisas qualitativas nas ciências humanas, especialmente na Psicologia. Para Minayo (2014), essa técnica pode ser compreendida como um tipo de entrevista ou diálogo entre um conjunto pequeno e homogêneo de pessoas e objetiva captar informações através do aprofundamento da interação entre elas, pois se fundamenta em sua capacidade de formar opiniões e atitudes. Ainda, essa ferramenta metodológica é amplamente utilizada em combinação com entrevistas, com vistas a obter e/ou aprofundar questões, gerar consensos e/ou levantar questões divergentes (Minayo, 2014).

No presente estudo, o grupo focal serviu como uma ferramenta complementar de produção de dados, para além daqueles acessados por meio de entrevistas narrativas. Apostou-se na potência do grupo focal em viabilizar espaços de problematização das dinâmicas de preconceito sexual na universidade através da troca de experiências. Sobre isso, Backes *et al.* (2011) afirmam que a utilização dessa técnica pode ter como intencionalidade a sensibilização dos partícipes para assumirem o protagonismo da própria história com vistas à transformação da realidade a partir de um *modus operandi* criativo e crítico. Assim, adotar o grupo focal como ferramenta metodológica que viabiliza a socialização de experiências de preconceito delineou, no presente estudo, um procedimento de sensibilização e desestabilização de discursos heterocentros, produtores de injustiças históricas, e de potencialização da luta contra os processos de discriminação, negligência e opressão direcionados a pessoas com identidade de gênero e orientação sexual diversas no contexto universitário.

O estudo em tela deriva de pesquisa de mestrado, de autoria de Magno-Silva (2020), que teve como objetivo compreender o preconceito como mecanismo de manutenção das relações de poder e hierarquização social em uma universidade pública, por meio da realização de entrevistas narrativas individuais com sete jovens universitários autodeclarados *gays*, *cisgêneros*, com idades entre 21 e 26 anos. Quanto ao pertencimento étnico-racial, seis estudantes se autodeclararam brancos e um negro. Todos os sete entrevistados foram convidados a compor o grupo focal, no entanto, é importante destacar que apenas cinco aceitaram participar.

Os estudantes foram acessados através da técnica de *Snowball*, estratégia metodológica não probabilística que utiliza cadeias e/ou redes de referência para a



constituição da amostra (Oliveira *et al.* 2021). Além disso, viabiliza o encontro de sujeitos de difícil acesso – que estejam dispostos a relatar experiências de violência, discriminação e opressão decorrentes de suas identidades de gênero e orientação sexual diversas da norma heterossexual. Participaram da pesquisa estudantes de diferentes cursos de graduação (Psicologia, História, Engenharia Elétrica, Geografia, Administração e Teatro) de três *campi* de uma universidade federal do interior de Minas Gerais.

Demarca-se que não é o intuito deste artigo estabelecer uma análise em profundidade das falas dos entrevistados, mas evidenciar, através das trocas realizadas entre eles, que o grupo focal se apresentou como uma ferramenta que viabilizou a reflexão sobre as dinâmicas cotidianas de preconceito sexual observadas nas relações entre os próprios estudantes; na relação professor-aluno: por posicionamentos reducionistas em relação às identidades de gênero e orientação sexual diversas da norma heterossexual; no processo formativo: pela omissão de debates sobre sexualidade nos currículos e consequente (re)produção e manutenção da lógica heteronormativa; na estrutura da universidade: pela falta de serviços de acolhimento às pessoas LGBTQIA+; pelo significado conferido pelos estudantes à própria experiência de sexualidade nos diferentes espaços da universidade; e pela importância de espaços de troca que viabilizem a discussão de ações para tornar os diferentes contextos sociais mais inclusivos das experiências não heterossexuais.

Como elemento disparador das discussões no grupo focal, foi solicitado que os participantes (ora identificados com o uso de nomes fictícios) conversassem sobre suas percepções acerca do preconceito contra diversidade sexual nos espaços da academia. Como o grupo focal foi adotado como ferramenta complementar à produção de dados, houve apenas um encontro. O grupo foi gravado, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que estabelecem parâmetros éticos para pesquisas com seres humanos. O referido grupo teve a duração de 69 minutos, sendo a mediação realizada pelo primeiro autor do presente estudo, sob orientação dos(as) outros(as) autores(as). Após a realização do grupo, foi realizada a transcrição da gravação na íntegra. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos - Unidades Educacionais de São João del-Rei (CEPSJ), sob o nº de protocolo CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) 11694119.8.1001.515.

No campo de estudos feministas, teóricos *queer* nos convidam a produzir conhecimentos que considerem a configuração das relações de poder nas instituições com



o uso de procedimentos metodológicos analíticos fundados em pressupostos desconstrucionistas (Olesen, 2006; Gamson, 2006). Nesse sentido, a análise do discurso foi tomada como lente orientadora de todo o processo interpretativo (Foucault, 1996). Tais pressupostos contribuem para a compreensão e apropriação histórica da produção de desigualdades e opressões legitimadas socialmente, além de possibilitar a inteligibilidade do poder como produtor e constitutivo das relações e dos sujeitos (Fischer, 2001; Alves *et al.*, 2022). Salienta-se, ainda, a demarcação do lugar do pesquisador, sendo mister os conceitos de reflexividade e situacionalidade da/na pesquisa e dele próprio, bem como a interpretação interseccional de marcadores sociais da diferença (Mountian, 2014).

6 O grupo focal com jovens como estratégia potencializadora da emergência de sujeitos políticos: uma experiência de pesquisa

O grupo focal tem se mostrado potente no que diz respeito à produção de dados qualitativos e como estratégia para que se reflita sobre temas sensíveis (Flick, 2009; Minayo, 2014), como o antagonismo à lógica heteronormativa, com vistas à mudança social. A participação em coletivos, movimentos sociais, núcleos de pesquisas e salas de aula evidencia que uma postura ético-política do(a) pesquisador(a), fundamentada em pressupostos teórico-epistemológicos que (re)afirmam a legitimidade de experiências dissidentes, é determinante para a promoção de mobilização social com vistas à transformação das relações de subordinação no momento da pesquisa e/ou intervenção. Faz-se relevante levar tais reflexões em consideração, pois ações supostamente bem-intencionadas do(a) pesquisador(a) também podem reproduzir relações de poder, corroborando múltiplas violências a partir de proposições fundamentalmente sexistas e de preconceito sexual (Seffner, 2020).

Acerca de aspectos relacionados à mobilização social em direção a processos emancipatórios, concorda-se com Costa e Prado (2016), ao defenderem a atualização da crítica realizada pela Psicologia Social latino-americana nas décadas de 1970 e 1980, no auge da “crise” da Psicologia Social. Nessa acepção, assume-se uma perspectiva não essencialista do sujeito e da história, tomando “o político” como uma dimensão epistemológica de inteligibilidade e compreensão da realidade. Ainda em consonância com esses autores, parte-se do (re)conhecimento da multiplicidade de correntes teóricas nas ciências humanas e sociais que compreendem o projeto emancipatório como definido a partir de critérios *a priori*. No entanto, a centralidade nas relações de produção como



fundamento último da explicação do sujeito e da história pode levar a um reducionismo, perdendo-se de vista outras dimensões políticas necessárias a uma apreensão ampla dos processos em análise: de raça, sexualidade, gênero, entre outras, constitutivas da sociedade, das relações humanas e, principalmente, da produção de desigualdades sociais, como evidenciado por algumas correntes do feminismo.

Para refletir sobre esse aspecto, portanto, pode-se recorrer à compreensão da hierarquização e da inferiorização social na dinâmica do preconceito social/sexual, que engendram elementos distintos, porém complementares (Prado; Machado, 2008). Parte-se do entendimento de que “[...] a fixação de uma objetividade como universal significa a hegemonia de determinada construção discursiva contingente”, isto é, a construção parcial e precária de nomeação da realidade (Costa; Prado, 2016, p. 221). Além do mais, compreende-se que a politização das relações e, conseqüentemente, o enfrentamento às dinâmicas produtoras de subalternidade, ocorrem através da subversão do ordenamento social hegemônico pela identificação do sujeito com um discurso antagônico ao discurso dominante.

Mas como compreender processos emancipatórios e como a utilização de recursos metodológicos em grupo pode potencializar a emergência de sujeitos políticos? A perspectiva da hierarquização social é constituída pela lógica da subordinação, que opera em organizações sociais que estão ancoradas em muitos casos em discriminações históricas: de raça, classe, sexualidade, gênero, como exemplos de um amplo espectro. No entanto, por aparecerem como relações naturalizadas e necessárias para o “bom funcionamento” da sociedade, as subordinações são tomadas como relações de opressão ainda despolitizadas. Isso quer dizer que os atores envolvidos em dinâmicas de preconceito não identificam nessas relações a produção de injustiças históricas. Do ponto de vista político, essas proposições não tomam o ordenamento social como objeto de questionamento e interpelação contingente à ação humana e ao trânsito histórico (Prado; Machado, 2008).

Por outro lado, quando os atores envolvidos nas dinâmicas de preconceito enxergam, na inferiorização social, injustiças historicamente produzidas, emergem sujeitos políticos capazes de refletir sobre sua própria realidade de forma crítica. Ou seja, ao conceberem esse ordenamento social como relações de opressão (re)produtoras de desigualdades sociais, evocam suas identidades políticas para fazer frente aos ditames dos paradigmas universais da modernidade (branco, hétero e burguês, notadamente), pois entendem que seu pertencimento identitário e seus direitos estão sendo ameaçados por



outros atores sociais (Prado; Machado, 2008). É nesse momento que as identidades ou sujeitos políticos emergem em redes discursivas para produzir estratégias de resistência e agenciamento, fazendo frente aos sistemas produtores de subalternidade em direção à transformação da realidade social de desigualdades.

Tal é a argumentação aqui que, do ponto de vista metodológico, a criação de espaços de reflexão e troca de experiências possibilitada pelos grupos focais pode funcionar como estratégia potencializadora de formulação, reflexão e formação de discursos contra-hegemônicos, auxiliando na luta contra diferentes sistemas de opressão. No que tange à experiência com grupos de estudantes autodeclarados homens *gays*, evidenciaram-se diferenças significativas na legitimação (ou não) da diversidade sexual em áreas do conhecimento distintas, configurando espaços mais ou menos acolhedores das experiências de pessoas com identidade de gênero e orientação sexual diversas: nos cursos da área de ciências humanas, o ambiente foi percebido como mais receptivo às pessoas LGBTQIA+, enquanto nas ciências exatas foi visto como menos aberto a elas, como pode ser observado no diálogo a seguir:

Bernardo: Eu já tinha falado isso anteriormente, mas no [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências humanas] eu me sinto muito livre aqui. Tipo assim: para ser quem eu sou. Então, eu percebo uma liberdade maior aqui, eu creio que as pessoas têm uma mente mais aberta.

Thomas: Nossa, eu acho que eu nunca vi um casal *gay* no [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências exatas]. Talvez uma vez ou outra, mas lá eu acho que é muito mais fechado. Não sei se eles têm essa mente aberta que nem tem aqui [se referindo ao *campus* da área de humanas]. Porque acaba que todo mundo é acostumado. Todo mundo vive isso. Lá tem muito hétero, muito bolsominion também, mas eu nunca sofri preconceito lá não, eu não. Mas eu acho que muita gente com certeza já sentiu algum tipo de preconceito.

Raphael: Eu acho que em relação ao [nome do *campus* onde são ofertados cursos de ambas as áreas], pelo menos comigo, é um *campus* relativamente tranquilo. Não é igual ao [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências humanas], mas também não é que nem o [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências exatas]. Então, fica entre o meio termo. Mas também eu acho que os cursos do [nome do *campus* onde são ofertados cursos de ambas as áreas] também são... acabam sendo com pessoas mais variadas do que, por exemplo, no [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências exatas], ou do [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências humanas].

Théo: Mas lá no [nome do *campus* onde são ofertados cursos de ambas as áreas] depende, né? De onde você está. Eu estudo com povo legal, e você, Raphael, faz Administração. Quando eu fui fazer matéria na Administração era totalmente diferente, né? Era o meu mundo do Teatro à noite e o mundo totalmente diferente da Administração durante o dia.

O processo vivenciado no grupo focal se mostrou uma estratégia metodológica ético-política capaz de problematizar as dinâmicas de preconceito na universidade. Para



além e a partir dessas reflexões, os participantes conseguiram refletir sobre alternativas que podem potencializar a visibilidade de expressões das diversas identidades de gênero e orientações sexuais nos ambientes universitários, além de significarem o modo pelo qual se percebem nesse contexto e, por consequência, construírem espaços mais acolhedores das experiências dissidentes da norma heterossexual. As instituições de ensino superior, para além de garantirem o monopólio de formas específicas de transmissão de conhecimentos e a autorização para desenvolver determinadas funções, também participam ativamente das articulações de redes de sociabilidade que circunscrevem as trocas de experiências e vivências no interior de grupos que foram homogeneizados. Concomitantemente, trata-se de uma instituição que ocupa o lugar da “razão” e que, mesmo sem questionar as violências produzidas pela própria “racionalidade”, diz estar protegida dos inúmeros tipos de violência, da “ignorância” e da “irracionalidade”, tendo como um de seus principais *slogans* o aprofundamento dos princípios democráticos, da cidadania e o respeito às pluralidades de experiências. Não por acaso, mulheres e minorias sexuais, sobretudo marcados por atravessamentos de raça, são identificadas como sujeitos mais vulneráveis a dinâmicas de assédio sexual nas universidades (Brito *et al.* 2022).

É nesse ponto nodal de convergência entre a adoção pelas instituições de ensino superior de inúmeros procedimentos normativos para a garantia, manutenção e controle, que se pretende fruto da “razão”, e a imposição dessas mesmas normas como hierarquizadoras das relações sociais e limitadoras da pluralidade de experiências, que, no estudo em tela, o grupo focal auxiliou o desvelamento de determinadas estratégias sociais e/ou pedagógicas de exclusão perpetradas contra pessoas com identidade de gênero e orientação sexual diversas. O grupo focal também contribuiu para a compreensão da dinâmica do preconceito direcionado a essa população no contexto da universidade e a reflexão sobre os dispositivos institucionais necessários para que essas experiências dissidentes sejam (re)conhecidas e legitimadas no cotidiano acadêmico.

Thomas: [...] eles tinham que promover algum encontro, alguma coisa. Para começar, eu já acho horrível ter três *campus* separados. Nossa, eu acho péssimo! Fica essa guerrinha, porque aí falam: “aí o pessoal do [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências humanas] foi no [nome do *campus* onde são ofertados cursos da área de ciências exatas] e pichou a parede branca”. [...] Se fosse tudo um só, para começar, já seria obrigado todo mundo a viver uns com os outros. E fora que na [nome da universidade], por exemplo, acontece muito evento dentro da faculdade: *shows*, essas coisas, então é todo mundo. Então, eu acho que acaba que lá não deve ter muito esses preconceitos entre áreas de conhecimento. Eu acho que isso é uma coisa muito de [nome da cidade] ou vocês não acham?



Raphael: Mas eu acho que é assim... Como eu tinha falado no início, um *gay* só no curso de Engenharia não faria diferença, mas, por exemplo, levar a Psicologia para lá, e aí os homens héteros e toda a Engenharia teria que conviver com as pessoas de variados meios, vários tipos de gente diferente. Então, uma pessoa do meio não consegue influenciar mil pessoas, mas se a gente coloca mais mil pessoas no meio, vamos supor, junto com outras mil pessoas, a gente meio que equilibra toda situação.

Thomas: Poderia partir da Reitoria, né? Tipo [nome da universidade] sem preconceito. Aí lança uma semana, faz alguma coisa diferente.

Mesmo com essa potência de reflexão, alguns cuidados são necessários na produção de espaços de contra-hegemonia. Seffner (2020) pontua que assumir lugares de intensas disputas no campo político/público pode implicar em visibilidade do sujeito, o que, a partir dos sistemas de invisibilidade, pode também acentuar a sua vulnerabilização. Além disso, embora operem como ferramenta ético-política para a potencial emergência de sujeitos políticos, tais espaços podem ser capturados pela astúcia da norma. Embora bem intencionadas, tais estratégias de inclusão podem funcionar como um cruel mecanismo de normatização social que, cooptado pelos fortes e perversos sistemas de encobrimento, fazem desaparecer a extensa gama de possibilidades de experiências da sexualidade humana e a originalidade dos próprios atores sociais – por exemplo, ao reduzir o sujeito à sua orientação sexual, naturalizando diferenças e estabelecendo assimetrias ao engendrar posturas de localização, vigilância e, conseqüentemente, controle dos corpos.

Por fim, faz-se essencial evidenciar a percepção dos sujeitos da pesquisa sobre o grupo focal e sua potencialidade como espaço de reflexão sobre experiências de preconceito na universidade e como essa ferramenta metodológica emergiu de forma estratégica para a produção de tensionamentos sobre a formatação dos espaços universitários e suas lógicas heteronormativas.

Francisco: Eu também quero, assim, agradecer vocês. As falas de vocês, algumas, trouxeram algumas inspirações assim para mim, sabe? Força e obrigado por isso. E eu acho que a gente tem que não ter medo de expressar nossos afetos em público mesmo e ter a paciência também nos lugares para explicar alguma coisa, que às vezes a gente está tão esgotado de explicar o óbvio né, que a gente acaba reproduzindo até grosseria. Mas que possamos mudar essa realidade.

Raphael: Eu achei super interessante a ideia do grupo, porque a gente não para para conversar com *gay* sobre isso. Não para para poder falar sobre isso, sobre o que está acontecendo ou que já aconteceu, porque a gente não vai ficar pensando nisso 24 horas. E eu achei muito interessante.

Thomas: Vamos nos unir, né gente?

Bernardo: Vocês sabem daquele áudio: “hoje é sexta-feira, viadinho?” Eu gosto muito dele: de uma *gay* preocupada com a outra. Então, é sexta-feira



you are thinking about drinking and you can't: you go there to take care of you, to take care of your money *gay*. It is what we should do; we have to worry more about ourselves than about others. We only have ourselves! We should study more.

Thomas: It is what he said: ours, one person died at UFRJ! Will we have to wait for someone to die for us to do something? For us to get together afterwards? It was already, né; another wasted life. Do something while there is time, I think like that. Congratulations for the intuition of the group. Gostei!

Raphael: Next week, then, same time.

Assim, este estudo revelou que o grupo focal, como espaço potencial de discussão horizontalizada e democrática, pode potencializar a reflexão coletiva e a criação de estratégias contra-hegemônicas de enfrentamento às dinâmicas de preconceito contra pessoas com identidade de gênero e orientação sexual diversas, como as que estão presentes nos contextos universitários. Dessa forma, como estratégia política de desestabilização das naturalizações sociais produtoras de violências, depreende-se que o grupo focal ensejou na pesquisa realizada a compreensão, por seus integrantes, das funcionalidades dos métodos de vigilância e controle das experiências de sexualidade e do funcionamento da lógica heteronormativa, favorecendo a fragmentação dos essencialismos e reducionismos que fomentam a economia da reflexão no mundo social, presente nos preconceitos e mantenedora das desigualdades, bem como a desestabilização dos sistemas de dominação masculina (machistas e sexistas), produtores de violências de gênero que, (re)produzidos pelos atores sociais, subalternizam sujeitos.

Além disso, a utilização dessa ferramenta metodológica viabilizou: espaços de desestabilização da produção discursiva que é/está legitimada na dinâmica social dos regimes de invisibilidade, mascarando um conjunto de violências traduzidas em “brincadeirinhas” de cunho vexatório; a apropriação (conceitual, cultural, histórica, social) das questões relativas às construções de diferentes marcadores sociais da diferença e suas respectivas intersecções; a compreensão da importância do dissenso e do litígio nos espaços políticos para o reconhecimento e legitimação do múltiplo de possibilidades da experiência humana; para além da configuração de lugares de resistência e oposição, a afirmação de outros mundos possíveis, a partir de elementos de autocrítica; a internalização e transformação das elaborações realizadas pelos atores sociais em processos de mobilização social com vistas a práticas de contra-hegemonia.

É nesse sentido que estudantes, pesquisadores, ativistas, juventudes e demais pessoas que resistem e fazem frente às estruturas dominantes são convocados a fugir dos essencialismos, consensualidades e universalismos, atentando-se para as ciladas



produzidas pela astúcia da norma. Se posicionamentos totalizantes e universais tentam unificar diferentes sujeitos em torno do “respeito e tolerância à diversidade humana”, análises em profundidade identificam aí o não reconhecimento e não legitimidade da existência das diferenças para a configuração de espaços e dinâmicas sociais mais plurais.

7 Considerações finais

Na produção científica, especificamente na pesquisa social, apresentam-se desafios à investigação de experiências de pessoas vulnerabilizadas que mobilizam pesquisadores(as) em prol de diferentes e criativos caminhos que propiciem inteligibilidades aos fenômenos sociais. No presente caso, juventudes e sua correlação com o político, buscando a ampliação dos horizontes acerca das dinâmicas e funcionalidades dos diferentes mecanismos que atuam como tecnologias de poder.

Demonstrou-se que técnicas como o grupo focal, em pesquisas reivindicatórias/participativas, atuam para além de simples ferramenta metodológica de produção de dados. Apontou-se a sua eficácia na constituição de espaços de contra-hegemonia que problematizam as funcionalidades e dinâmicas da maquinaria discriminatória, reconhecendo e legitimando as diferenças, o que tende a potencializar a emergência de jovens como sujeitos políticos a partir do compartilhamento de experiências entre eles.

A aposta é no investimento em um projeto, de caráter global e ação local, de migração de sujeitos anteriormente posicionados na exterioridade da modernidade para espaços públicos de intensas disputas, a fim de legitimar a sua inscrição na dinâmica social a partir do múltiplo de possibilidades da existência humana, rumo a um movimento próprio de transmodernidade. Para tal, urge a construção de uma ciência que reflita sobre suas práticas, levando em conta sua inserção em espaços que também funcionam como dispositivos de poder e evidenciando as armadilhas que asseveram a vulnerabilização de sujeitos quando somos, como pesquisadores(as), capturados pela expertise da norma a partir dos sistemas de invisibilidade.

Enfim, afirma-se a experiência humana como um *continuum* que reconhece e legitima a diversidade a partir da fragmentação do *status quo* dos sistemas de manutenção de hierarquias e classificação social, entendendo a subjetividade e as experiências juvenis como produções culturais, transitórias e historicamente situadas, que auxiliam na sensibilização do social acerca dos processos históricos de opressão, através da



construção de espaços inclusivos, horizontalizados e plurais, capazes de abrigar dissensos e relações litigiosas entre os atores sociais.

Referências

- ALVES, T. M.; VAZ, T. R. D.; SILVA, M. A. Costa da; FONSECA, W. de S. da. Análise de discurso e Michel Foucault: caminhos para a pesquisa em educação. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 151-164, nov. 2022. <https://doi.org/10.55028/pdres.v9i21.16177>.
- BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442. 2011. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BRITO, C.; BARBOSA, M. C.; PAVANI, D. B.; COSTA, Â. B.; NARDI, H. C. Harassment in Brazilian universities: how big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 94, n. 2, p. 1-18, 2022. <https://doi.org/10.1590/0001-376520220201720>.
- COSTA, F. A.; PRADO, M. A. M. Crítica, política e psicologia social: a mudança social e o lugar da ação intelectual na ação política. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 2, p. 216-227, abr./jun. 2016. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160021>.
- DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100004>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 114, n. 114, 197-223, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



GAMSON, J. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 345-362.

GARCIA, C. C. Ressonância: reflexões sobre a psicologia feminista e a psicologia social. In: VICENTIN, M. C. G.; GONÇALVES, M. da G. M.; MIRANDA, S. C. de; XAVIER, K. R. (org.). **Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica**. São Paulo: EDUC-PIPEq, 2019. p. 169-179.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49. jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

LIMA, A. M. Gênero, diversidade sexual e Psicologia: reflexões sobre a formação das(os) psicólogas(os). In: FERRÃO, D.; CARVALHO, L. H. de; COACCI, T. (org.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: CRP04, 2019. p. 16-35.

MARQUES, Â. C. S.; PRADO, M. A. M. Os processos de subjetivação e emancipação política em Jacques Rancière. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 34, p. 1-18, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/psoc/a/kdxrM8HkWbwrK4YnXnm6q9s/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MAGNO-SILVA, W. **Preconceito e violência contra homens gays universitários: análise de processos de hierarquização e inferiorização social**. 2020. 211 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2020. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20WELLIGTON%20FINAL\(1\).pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20WELLIGTON%20FINAL(1).pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

MESQUITA, M. R.; SILVA, A. C.; LIMA, L. B.; BONFIM, J.; SILVA, C. Juventudes, gênero e sexualidade: a ação política dos movimentos sociais. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 93-117. 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/75685>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MOUNTIAN, I. Análise do discurso e pesquisa feminista: algumas considerações sobre metodologia e ética em pesquisa. In: LIMA, A. F. de; JUNIOR, N. L. (org.). **Metodologias de pesquisa em Psicologia Social Crítica**. 1. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 165-192.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 219-257.

OLIVEIRA, G. S.; PACHECO, Z. M. L.; SALIMENA, A. M. de O.; RAMOS, C. M.; PARAÍSO, A. F. Método bola de neve em pesquisa qualitativa com travestis e mulheres



transexuais. **Saúde Coletiva**, Barueri, v. 11, n. 68, p. 7565-7568, 2021.

<https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i68p7581-7588>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, M. A. M.; PERUCCHI, J. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (org.). **Juventude contemporânea**: um mosaico de possibilidades. 1. Ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. p. 347-360.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 1996a.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. Tradução de Paulo Neves. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 1996b. p. 367-382.

SEFFNER, F. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1095>.

SILVA, N. P. R. da. O conceito do político de Carl Schmitt e Chantal Mouffe: “antagonismo” ou “agonismo”? **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 36-50, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v42i1p36-50>.

VIEIRA, B.; MAYORGA, C. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. **Revista Psicologia para América Latina**, México, n. 32, p. 107-117, out. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-350X2019000200003. Acesso em: 29 mar. 2024.

Recebido em: 11 de setembro de 2023.

Aceito em: 17 de março de 2024.